

-----**Ata número cinco de dois mil e vinte e cinco**-----

--Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Ordinária, no auditório Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia; -----

2. Período ordem do dia; -----

a) Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25.º, n.º2, alínea c)), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Designação de um representante efetivo e um suplente das Juntas de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

c) Designação de dois representantes das freguesias para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais -----

d) Designação do representante dos presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; -----

e) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO. -----

f) IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2026 – Proposta de Aprovação. -----

g) IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano 2026 – Proposta de Aprovação.

h) TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2026 – Proposta de Aprovação. -----

i) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a contrapartida nacional de projetos integrados no quadro de investimento prioritário (QIP) DO PT2030 – FEDER, até ao montante de 496.134,94 € - Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal. -----

j) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro de 2024, nos termos do n.º 1 artigo 22.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025 – Tomar Conhecimento. -----

k) Documentos Previsionais para o ano 2026 e Propostas Anexas, nos termos da alínea a), b), c), f) j) e o), do n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambos na sua redação atual; -----

**k.1)** Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – Proposta de Aprovação; -----

**k.2)** Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – Proposta de Aprovação; -----

**k.3)** Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação; -----

**k.4)** Relatório Orçamental Geral – Proposta de Aprovação; -----

**k.5)** Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para assunção de Compromissos Plurianuais– Proposta de Aprovação; -----

**k.6)** Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE (Anexo I às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026); - Proposta de Aprovação; ----

**k.7)** Mapa de Pessoal (Anexo II às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) – Proposta de Aprovação; -----

**k.8)** Mapa de Encargos Anuais a satisfazer com a liquidação de Empréstimos obtidos a Médio e Longo Prazos – Tomar conhecimento; -----

**k.9)** Empréstimo a Curto Prazo (Anexo III às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) Proposta de Aprovação; -----

**l)** Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Mesão Frio e as Juntas de Freguesia – Proposta de Aprovação. -----

**m)** Período aberto ao publico; -----

Presentes os senhores, , Carlos Manuel Pombo Soares Silva, Presidente da Assembleia Municipal, que, nesta qualidade, abriu a sessão às vinte e uma horas e quatro minutos, primeira secretária, Andreia Sofia Santos Mota, segundo secretario, Luís Miguel Silva Marques, Marco António Gonçalves Teixeira, Jorge Filipe Portela, Joana Monteiro Pires de Lima, João Miguel Mansilha Correia, Carlos Alexandre Dias Pereira (em substituição do membro Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa), Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, José Manuel de Oliveira Marante, José Ângelo Pinto Vieira e Pedro Miguel Alves Poças (PS), Hélder Manuel Gomes Ferreira, Carlos Miguel Freitas Ferreira, Lisa Maria de Oliveira Martins, Igor Marcos Farinha Miranda Ferreira, Tiago Miguel Rodrigues Alves, Paula Cristina Alves Teixeira da Costa, Eurico José Coutinho Proença Guedes Rodrigues e Márcio Joel Pereira Ribeiro (PPD/PSD).-----

Presentes os senhores, Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, Manuel Fernando Mesquita Correia e Sandra Cristina Barbosa Ferreira, vereadores do (PS) Mário Luís Mendes de Sousa Pinto e Diogo Miguel Figueiredo Rocha, vereador do (PPD/PSD). -----

FALTA JUSTIFICADA: Ana Cristina Alves Rodrigues da Costa (PS). -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar os presentes, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e três minutos, informou ter designado, ao abrigo do número três do artigo décimo do Regimento, o membro Andreia Mota para o lugar de primeira secretaria em virtude da ausência do titular do cargo o membro Ana costa. Deu posse ao membro Eurico Rodrigues do PPD/PSD pelo facto de não ter comparecido ao ato de instalação desta Assembleia para o mandato em curso, tendo ainda dado posse ao membro Carlos Pereira em substituição do membro Ana Costa. Informou a assembleia que irá convocar uma reunião extraordinária para doze de janeiro com o intuito de se realizar a eleição para o presidente da CCDRN e terminou informando a assembleia da correspondência recebida. --Aberto o período antes da ordem de trabalhos, pediu a palavra o membro da assembleia eleito pelo PPD/PSD, Hélder Ferreira que após cumprimentar os presentes referiu: «Uso hoje da palavra no Período Antes da Ordem do Dia para traçar uma linha clara no chão da política local. Tudo aquilo que aqui trago ocorreu antes das eleições de 12 de outubro. Não estamos a falar de reações ao resultado eleitoral, nem de ressentimentos posteriores. Estamos a falar de factos, palavras e comportamentos ocorridos em plena

campanha, num período em que quem governa tem uma responsabilidade acrescida de respeitar a lei, a neutralidade institucional e os cidadãos. Durante esse período, o Partido Socialista pode ter conquistado votos, mas foi acumulando sinais preocupantes de degradação democrática. O que se passou em Mesão Frio não foi um episódio isolado, foi um padrão. Um padrão de abuso do poder, de vitimização estratégica e de desrespeito por quem pensa diferente. E afirmo-o com sincera pena. Porque ao olhar para praticamente toda a bancada do Partido Socialista, vejo maioritariamente pessoas de reconhecida seriedade, com percurso cívico, sentido institucional e compromisso com Mesão Frio. Pessoas cuja índole política e pessoal não suscita dúvidas e que, noutros contextos, saberiam certamente afirmar um debate firme sem nunca abdicar da elevação democrática. É precisamente por isso que se torna ainda mais difícil compreender que essa mesma bancada se tenha deixado arrastar para uma estratégia que não lhe é própria e que não a representa. Uma estratégia que partiu do Senhor Presidente da Câmara Municipal e que empurrou o debate político para um terreno de confronto pessoal, vitimização e desqualificação do adversário. Ao aceitarem esse caminho, mesmo que por silêncio, disciplina partidária ou cálculo político, acabaram por abdicar de um papel que podia e devia ter sido moderador e responsável. Quando se abdica da exigência ética em nome da conveniência política, todos perdem, incluindo quem governa. Começamos pela narrativa que foi sendo construída antes do ato eleitoral: a tentativa deliberada de fazer passar a ideia de que o PSD estaria a recorrer ao Ministério Público, à Polícia Judiciária ou a outras entidades para perseguir politicamente o Partido Socialista. Esta insinuação foi lançada em campanha e é profundamente irresponsável, porque desacredita instituições da República apenas para esconder comportamentos que não resistem ao escrutínio. A verdade é simples e factual. O PSD apresentou sete exposições formais à Comissão Nacional de Eleições, todas assinadas, assumidas politicamente e devidamente fundamentadas. Não houve anonimato nem jogos de bastidores. E importa que fique claro para este plenário e para os mesão-frienses: todas essas exposições foram admitidas pela CNE, que entendeu existirem indícios suficientes para abrir processos de averiguação, tudo isto antes do dia 12 de outubro. A CNE não age por encomenda partidária. Age quando a lei pode não ter sido cumprida. Se houve processos, Senhor Presidente da Câmara, foi porque houve matéria para escrutínio. A tentativa de transformar fiscalização democrática em perseguição política é apenas uma fuga para a frente de quem tem dificuldades em conviver com regras, limites e neutralidade institucional. E deixo aqui uma posição clara: este mandato será diferente. O que estiver aprovado em projeto terá de corresponder ao que é executado no terreno. As árvores terão de estar plantadas, os equipamentos terão de ser os contratados, os valores pagos terão de corresponder ao mercado e ao que foi aprovado. Sempre que houver discrepâncias relevantes, as participações deixarão de ser meramente administrativas. Serão assumidas politicamente por mim e seguirão para todas as instâncias competentes, nacionais e europeias, se tal se justificar. O dinheiro público não é património de ninguém. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também não posso ignorar o tom utilizado por V. Ex.ª durante a campanha eleitoral, quando se referiu a candidatos da oposição como “salta-pocinhas”. Essa linguagem não é compatível com a dignidade do cargo que hoje ocupa. Torna-se ainda mais difícil de compreender quando o seu percurso político inclui o exercício deste mesmo cargo eleito pelo PSD. A liberdade de escolha partidária é legítima, o ataque moral

a quem faz oposição com coerência não o é. Quanto ao Senhor Presidente da Câmara, há um momento que marca de forma indelével esta campanha. Em plena disputa eleitoral, o Senhor decidiu chamar à oposição “gentalha”. Importa ainda esclarecer que este termo não foi apenas proferido oralmente: foi escrito, publicado e reiterado nas redes sociais pelo Senhor Presidente da Câmara, em plena campanha eleitoral. Não estamos, portanto, perante um lapso momentâneo, mas perante uma escolha consciente de linguagem, assumida publicamente e reiterada. Este termo é desumanizante, é ofensivo e incompatível com quem exerce funções executivas. Um Presidente de Câmara governa para todos, não apenas para quem vota nele. Quando chama “gentalha” a quem discorda, revela desprezo pelo pluralismo democrático e pelos próprios cidadãos. E a contradição é evidente: o Senhor foi eleito pelo PSD. O seu Vice-Presidente também. A sua número três integrou listas do PSD. Muitos dos que hoje o rodeiam beneficiaram politicamente do partido que milito há 19 anos e do qual também já foi militante ativo e com responsabilidades, quando isso lhes convinha. Se hoje somos “gentalha”, o que éramos então? A diferença é simples: nós estamos aqui por convicção, muitos dos que aí estão, estão por conveniência, outros por obediência, outros ainda por sobrevivência. Também antes das eleições, corria nos vossos corredores uma narrativa paralela sobre sucessões e saídas a meio do mandato. O Senhor Vice-Presidente, e pessoas do seu círculo mais chegado, garantiu a várias pessoas que o Senhor Presidente da Câmara sairia para lhe abrir caminho, a meio do mandato. Na tomada de posse o discurso público foi outro: teremos o Senhor Presidente de Câmara até ao final do mandato. Todos notamos o ambiente frio com que ficou a sala e os olhares entre os elementos do Partido Socialista. Esta duplicidade revela um executivo mais preocupado com jogos internos de poder do que com os problemas do concelho. Mesão Frio não é uma herança de família nem um tabuleiro de ambições pessoais. Mas faça-lhe aqui, de novo, olhos nos olhos, e para que fique registada em ata esta questão: será Presidente até ao final do mandato ou o seu Vice-presidente falava verdade antes da campanha eleitoral e na própria campanha eleitoral? Por fim, e ainda no período pré-eleitoral, assistimos a situações que feriram a confiança de muitos cidadãos: a utilização de espaços municipais para fins de campanha e alterações apressadas de residência com o único objetivo de votar. Em eleições decididas por 157 votos, quando dezenas de votos levantam dúvidas sérias quanto à ligação real e efetiva ao concelho, estamos perante uma distorção da vontade popular que não pode ser ignorada. Concluo: o Partido Socialista venceu as eleições, mas falhou no plano ético e democrático durante a campanha. O PSD de Mesão Frio será, neste mandato, uma oposição firme, vigilante e sem medo. Estaremos atentos a cada procedimento, a cada ajuste direto e a cada palavra que ultrapasse os limites. Porque Mesão Frio merece mais do que poder sem escrutínio. E a “Rua da Vitória” tantas vezes invocada em campanha arrisca-se a ficar marcada como o símbolo de uma derrota moral.» -

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins que após cumprimentar os presentes, referiu: «nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal elaborar e aprovar o seu Regimento, conforme estabelece o artigo 26.º, n.º 1, alínea a). A mesma lei atribui ainda à Mesa da Assembleia Municipal, no seu artigo 29.º, a competência para elaborar o respetivo projeto de Regimento ou propor a constituição de um grupo de trabalho para esse efeito. Na tomada de posse que se realizou em 2021, é referido na respetiva ata: “Pelo Presidente da Mesa foi referido que

oportunamente fará chegar a todos os membros da reunião da assembleia municipal uma proposta de regimento a fim de ser discutida e votada na próxima reunião da assembleia municipal.” Nas atas das reuniões seguintes não consta nenhuma votação do referido regimento. Na ata da tomada de posse dos membros da assembleia municipal para o quadriênio 2025-2029, surge a mesma menção. Contudo, apesar de nos ter informado do motivo para a não apresentação do projeto de Regimento a votação hoje, a verdade é que a Assembleia Municipal continua privada de um instrumento essencial ao seu funcionamento regular, transparente e previsível. Pela disposição na Lei n.º 169/99, de 18/09, artigo 9º o ponto 6, onde refere que “Enquanto não for aprovado novo regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado”, questiono o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em que ano foi aprovado o último regimento em assembleia municipal? Em 2013, não foi aprovado, porque no momento que ia ser aprovado, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia atual junto os membros do PS abandonaram a sessão, e já não houve votação. Deve lembrar-se desse episódio onde apresentaram uma proposta para a destituição do Senhor Presidente da Assembleia da altura, o Dr. Eduardo Miranda. Após uma breve pesquisa, foi encontrada uma aprovação do regimento da AM na ata n.º 5/2014. Face à cronologia destes eventos, importa referir que o último Regimento da Assembleia Municipal de Mesão Frio votado e aprovado poderá muito bem ser do ano de 2014, corrija-me por favor se estiver errada, o que significa que se mantém manifestamente arcaico e desajustado da realidade atual, não acompanhando a evolução legislativa, institucional e democrática que se exige a um órgão deliberativo deste nível. A manutenção de reuniões da assembleia municipal sem regimento aprovado, contribui para a existência de lacunas procedimentais, fragiliza a condução dos trabalhos e limita o pleno exercício dos direitos dos membros desta Assembleia. Reiteramos assim, a urgência para que o Senhor Presidente da Mesa exerça a competência que a lei lhe confere, propondo a constituição de um grupo de trabalho plural e representativo, com vista à elaboração de um projeto de Regimento atualizado, moderno e adequado às exigências atuais da Assembleia Municipal de Mesão Frio. Esta é uma necessidade legal e institucional, não partidária, e fundamental para garantir o bom funcionamento deste órgão e o respeito pelos princípios da transparência e da boa governação local. -----

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PS Pedro Poças que após cumprimentar os presentes, endereçou os parabéns ao executivo pelo sucesso obtido na realização da feira anual de Santo André, feira medieval e iluminação da avenida, terminou questionando o Senhor Presidente do Município sobre os pontos de situação da residência de estudantes e da transferência de competências na área da saúde e educação. -

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PS Jorge Portela que após cumprimentar os presentes, referiu: «Senhor Presidente, antes de iniciarmos este novo ciclo é preciso dizer as coisas como elas são, sem rodeios e sem hipocrisias. O Senhor presidente gosta de dizer que anda na política há muitos anos e isso nota-se porque há quem venha para a política para fazer carreira e há quem venha para governar. Quem governa a pensar em eleições foge à despesa, corta, adia e empurra os problemas, quem governa a pensar nas pessoas assume a despesa, enfrenta o barulho e segue em frente. O senhor preferiu enfrentar a crítica pela despesa do que usar a despesa como desculpa para não investir, trouxe cultura a Mesão Frio, deu experiências e férias diferentes às crianças, pensou nas pessoas, não nos gráficos nem em comentários

de bancada, reforçou apoios a associações e instituições, pagou trabalho extraordinário aos trabalhadores da Câmara quando era mais fácil poupar á custa de quem trabalha, investiu nos meios da Câmara, renovou viaturas, criou pela primeira vez o posto de trabalho de técnico superior de segurança no trabalho para implementar o planeamento e gestão de prevenção de riscos profissionais, garantindo EPIS, fardamento e sinalização, isto não são promessas são factos, e contra factos não há discursos. No meio disto investiu seis milhões de euros em obras. Senhor Presidente, o senhor podia ter ficado pelo passeio sénior e pela fotografia para a campanha, não ficou, criou o atelier reviver com atividades e passeios ao longo do ano porque os nossos idosos merecem politicas a serio e não gestos ocasionais. Digo-o claramente mesmo com discordâncias honra-me ser seu camarada porque aqui houve debate politico e houve sempre coragem para decidir e responsabilidade para governar. Deixo uma nota simples, só governa assim quem conhece o território e respeita a sua gente. Quem governa assim não governa para a carreira política, não governa para gráficos, governa para servir. E foi exatamente por isso que os mesão-frienses voltaram a querer o nosso projeto para este mandato. Porque quem investe nas pessoas ganha a confiança do povo. E essa confiança não se comenta, conquista-se. Senhor presidente digo-lhe ainda, como o senhor sabe, sou diretor de uma associação do Concelho, uma associação que tem uma divida devidamente contabilizada, transparente e com credores identificados, no passado isto não acontecia, existiam associações que nunca apresentavam contas. Da associação de que eu faço parte o senhor pode contar sempre para participar em todos os eventos, seja santo André ou feira do petisco porque a Câmara não terá que lá ir enterrar meio porco passado meio ano». -----

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Miguel Ferreira que após cumprimentar os presentes, referiu: «Iniciamos esta sessão dando voz ao que o Executivo parece querer ignorar: a realidade das nossas freguesias. Enquanto a Câmara Municipal se foca em anúncios de Facebook e em figurar no 4.º lugar nacional da despesa com pessoal, no terreno, os problemas básicos dos cidadãos continuam por resolver. Começamos pela Freguesia de Oliveira. Sobre a ETAR de Oliveira, sabemos que houve uma providência cautelar. Mas a pergunta dos munícipes é simples: e agora? O processo caiu num pântano administrativo e, no terreno, os esgotos continuam a céu aberto. Qual é o plano de emergência para este atentado ambiental? No Miradouro na curva da Cartaxa, assistimos a um vexame político. Anunciaram uma doação que afinal não se concretizou. Pergunto: o segredo deixou de ser a alma do negócio? Já se prometem obras nos terrenos dos outros? Vale mais um post do que a segurança jurídica de que o projeto sai do papel? A Obra de Bamba é o exemplo do desperdício de dinheiro público: feita há um ano, intervencionada agora por outra empresa e, passado um mês e meio, está tudo partido. Quem fiscalizou isto? Vamos pagar a mesma obra três vezes? O caso mais grave é o do Lugar do Pombal. Três habitações sem água. Uma munícipe esteve um ano sem água em casa, dependente de uma mangueira de vizinhos para a sua higiene pessoal. São apenas 250 metros de cano. Senhor Presidente, como há dinheiro para estar no top 4 nacional da despesa de pessoal e não há capacidade para dar água a estas famílias? Passemos a Santo André: Na sede de concelho, em Santo André, trago o caso do Muro do Rojão. Existe um diferendo com o proprietário há anos, mas aquela situação é indigna para uma entrada da Vila. Como

está o ponto de situação? O Executivo vai continuar a permitir aquele aspeto *ad aeternum* ou vai finalmente agir em nome do interesse público e da estética urbana?» -----

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD e Presidente da Freguesia de Vila Marim Márcio Ribeiro que após cumprimentar os presentes referiu: «Estrada no lugar do Mártir: sobre este ponto, os meus fregueses queixam-se que as reparações efetuadas na zona estão, passados poucos dias, cheias de anomalias. O asfalto está cheio de buracos, existem reclamações sobre o deslizamento da gravilha e dos danos que a mesma provoca nos veículos, assim como os buracos que são mais do que antes da intervenção deste novo alcatrão. Muro no lugar do Mártir: sobre este ponto, os meus fregueses queixam-se que na estrada em direção a Cidadelhe, mais concretamente no lugar da Forca, existe um muro de pequenas dimensões caído desde agosto passado, a bem da verdade já estava a precisar de intervenção anteriormente. O facto é que o mesmo está a representar um grande perigo para os automobilistas que, ao cruzarem, podem se enfiar na derrocada e parte do asfalto já caiu também. Serve de exemplo. Caminho do Cimo do Ribeiro: sobre este assunto, em nome dos meus fregueses, faço este reparo. Este caminho situado no lugar da Pereira representa um grande perigo para os fregueses que o utilizam devido ao seu grave estado de degradação. Enquanto oposição questionei algumas vezes o presidente da junta cessante, que se justificou dizendo "que a junta não possuía capacidade financeira para reposição do muro de suporte ao referido caminho, que remeteu a situação para a Câmara Municipal a qual não se tinha mostrado disponível para resolver o problema até então". Questiono sobre o facto de a ADIN, que abriu saneamento neste caminho, e tal facto pode ter provocado a fragilidade do muro, se a mesma tinha sido contactada sobre o problema pela junta ou pela câmara. O presidente de junta de Vila Marim cessante afirmou que é muito complicada a conversa com a empresa e com a engenheira responsável. Sobre isto respondi que os Vilamarinenses pagam a água e o saneamento, logo a empresa tem o dever de resolver atempadamente os danos das suas reparações. No meu parecer, se não existe intervenção prevista para o caminho, o mesmo deveria ser interdito à circulação da população. Mas este vai ser sempre um problema adiado porque, caindo o muro, para além dos danos que possa provocar aos proprietários do terreno, o mesmo vai expor a tubagem do saneamento e a possível libertação de esgoto para céu aberto e o mesmo, a meu ver, pode provocar também fragilidade no muro de cima do caminho. A Câmara junto com a ADIN não poderia chegar a um entendimento para a resolução deste problema, visto que o saneamento e sua instalação são da responsabilidade da empresa? -----

--O Sr. Presidente da Câmara, após cumprimentar todos os presentes, começou por se dirigir ao membro Hélder Ferreira dizendo que o achava exaltado com coisas sem fundamento, que relativamente à referência a queixas à PJ e ao ministério público, a mesma acontece em contexto pré-eleitoral e que durante o ano de dois mil e vinte e cinco existiram entre quatro a seis queixas, sendo que nunca referiu nomes ou partidos como sendo os apresentantes das referidas queixas. No que diz respeito às queixas dirigidas à CNE referiu que se penaliza por uma publicação que fez e que de imediato retirou assim que se apercebeu da situação. Em relação à honestidade afirmou que podem procurar o que quiserem, o que a Câmara compra está lá e as obras que se fazem estão lá, os cadernos de encargos são cumpridos, todos os concursos são legais e que a autarquia é auditada diariamente pela DGAL. Em relação ao controle que

a oposição diz que irá fazer, á fiscalização, ás auditorias, deu as boas vindas ao membro porque os vereadores da oposição sempre acompanharam a atividade da camara com constante solicitação de documentos e o espaço camarário esta disponível e nunca foi sonegado qualquer documento porque a gestão da autarquia é transparente. Quanto a questão da “gentalha” a mesma ocorreu em um comentário a um post e aparece em resposta ao facto de ter sido chamado de bêbado, corrupto, de o acusarem de violência domestica e de ter negócios escondidos. Em relação a sua saída, o senhor presidente informou que este será o seu último mandato e que não fiquem dúvidas que o cumprirá até ao fim. De seguida agradeceu as palavras do membro Jorge Portela, e em resposta ao membro Miguel Ferreira referiu que, no que diz respeito as despesas com o pessoal, em concelhos como o nosso a rubrica tem sempre um peso enorme no orçamento porque os apoios que são necessários para ajudar uma população idosa são imensos, e é preciso ter colaboradores que façam a máquina funcionar, dai o reforço em áreas como a ação social, cultura e desporto. Em relação a ETAR de oliveira informou que existem grandes problemas com a ADIN, que irá pedir uma reunião com o presidente do conselho de administração para tentar resolver inúmeras questões pendentes. Em relação ás casa sem fornecimento de agua informou que isso acontece porque as casas estão ilegais. No que diz respeito a doação da casa em Oliveira referiu que não é um assunto esquecido, que ninguém prometeu construir no terreno dos outros e que o assunto está entregue aos assuntos jurídicos do Município. Em resposta ao presidente da Freguesia de Vila Marim afirmou que em relação à estrada do mártir, iria ser acionada a garantia e que em relação ao muro do lugar da Forca será melhor ser a camara a assumir, conforme conversa mantida anteriormente. -----

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins para, em relação ao mapa de pessoal, referir que o presidente de camara vem sempre com a justificação de que existem pessoas a sair por reforma e que apesar de existirem menos alunos a carência de pessoal é cada vez maior, mas que existem projetos para que a administração local possa contratar jovens altamente qualificados, projetos europeus que favorecem o empreendedorismo e que portanto esta ideia fechada do executivo ao longo dos últimos anos tem que mudar e que o executivo tem esse poder que foi dado no dia das eleições. Será necessário, portanto, uma mudança de mentalidades com o fomento da criação do próprio emprego, seja empreendedorismo jovem ou sénior porque as pessoas estão reformadas, mas não estão acabadas e era aí que gostava de ver maior empenho, as pessoas estão demasiado habituadas ao emprego na função publica. Terminou voltando a referir que gostaria de ver por parte deste executivo uma mudança de mentalidade.-----

--O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que, quanto às pessoas que se reformam e que poderiam continuar no ativo, são as próprias que afastam essa possibilidade porque estão cansadas, quanto ao empreendedorismo, se houve executivo que deu um pontapé de saída foi o atual, quanto a técnicos qualificados este executivo promoveu as pessoas competentes, continuou referindo que está em concurso a criação da incubadora de empresas e que este executivo recrutou internamente mais de uma dezena de técnicos superiores, situação nunca vista em executivos anteriores. Em relação a criação do próprio emprego, aceitou a ideia do membro mas referiu que o Concelho não possui meios, não tem tecido empresarial para os acolher, terminou referindo que existe gente que teimosamente quer que se

faça em quatro anos o que não foi feito em trinta ou quarenta e que o membro como não mora nem trabalha em Mesão Frio estará agora mais atenta decorrendo das funções que exerce e se calhar daqui a alguns anos mudará de opinião em virtude das dificuldades que o Concelho tem.-----

-- Pede a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins, que disse não morar nem trabalhar em Mesão Frio mas que conhece muito bem a sua terra, que quando fala em projetos altamente qualificados não se trata de funcionários da camara passarem a técnicos superiores, é muito mais do que isso, fala em projetos da CCDR norte entre outros que financiam por quatro anos a abertura por parte do município de postos de trabalho para jovens altamente qualificados. Disse ainda que todos os dias pelo trabalho que exerce trabalha com projetos das mais variadas tipologias e que quando se referiu a sua saída foi enquanto oposição na Assembleia Municipal e desde então não vislumbrou qualquer mudança de mentalidade.---

--O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que o regimento em vigor foi o que herdou, e que o facto de ter declarado há quatro anos atrás que iria propor um novo regimento para ser aprovado, tal não aconteceu em virtude de, então, se ter considerado que o mesmo não carecia de qualquer alteração. Só importaria aprovar um novo regimento se se concluísse que o que se encontrava em vigor deveria ser alterado ou revisto, o que não foi o caso. Mais sublinhou que a situação mereceu a anuência de todos os membros que integravam a Assembleia Municipal, incluindo dos eleitos pelo PSD, nomeadamente do professor Carlos Abreu Amorim, especialista em Direito Administrativo, então membro do Governo. Não obstante, entende, agora, que o regimento deverá ser alterado, essencialmente por uma questão de adequação à nova legislação entretanto publicada, alterações muito pontuais e cirúrgicas, bem como por uma questão de estrutura do mesmo. Respondendo ao membro Hélder Ferreira, referiu que utilizou a expressão “salta-pocinhas” na qualidade de candidato, no período de campanha eleitoral, e não na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal pelo que, ao contrário do que afirmou, nada tem a ver com a dignidade do cargo que hoje ocupa. Mais esclareceu que a referida expressão foi descontextualizada dado que na altura foi proferida e dirigida a todos aqueles que, de um dia para o outro, literalmente, deixaram de apoiar um projeto para apoiar um outro distinto, que num dia disseram e defenderam uma coisa e no dia seguinte disseram e defenderam o seu oposto, que num dia estava tudo bem e no dia seguinte tudo passou a estar mal. Portanto, o que pôs em causa não foi a mudança de opinião, todos são livres de mudar, mas antes as convicções e a motivação que os levou a mudar de opinião, de um dia para o outro. Referiu também que, quanto à acusação que lhe foi dirigida pelo facto de em tempos ter integrado as listas do PSD e agora estar no PS, recordou que na verdade foi Presidente da Assembleia Municipal eleito pelo PSD, como independente, há mais de 25 anos. Apenas cumpriu um mandato tendo, depois, feito uma travessia no deserto, pelo menos, ao longo de 4 anos, em que não teve qualquer intervenção ou participação política, após o que alguém o procurou em sua casa, portanto não foi ele que se ofereceu, convidando-o a integrar as listas pelo PS, na altura também como independente, o que aceitou. Finalizou referindo que não se arrepende do seu percurso político, orgulhando-se do mesmo, e que não mudou de opinião de um dia para o outro. -----

-- No ponto a), período da ordem do dia, Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes (artigo 25º, nº2, alínea

c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Silva, informou do trabalho que está a ser realizado e que pode ser confirmado com a leitura do documento entregue, destacando as páginas onze e doze onde constam todas as obras realizadas, informou sobre a situação financeira do Município e sobre os processos judiciais pendentes.-----

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Tiago Alves que após cumprimentar os presentes referiu: «Na informação escrita apresentada, o Sr. Presidente faz referência a vários momentos do trabalho institucional do Executivo. No entanto, essas referências são feitas de forma genérica e pouco detalhada, o que dificulta o necessário escrutínio por parte desta Assembleia. Nesse sentido, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente alguns esclarecimentos adicionais sobre os seguintes pontos: relativamente às reuniões com empresários turísticos, com que empresários foram realizadas essas reuniões? Que matérias foram discutidas? Resultaram destas reuniões decisões concretas ou projetos em desenvolvimento para o concelho? Quanto à presença na Semana Europeia das Regiões e das Cidades 2025, em Bruxelas, gostava de perceber qual foi o objetivo concreto desta deslocação. Que contactos foram estabelecidos em nome do Município de Mesão Frio? O Executivo aproveitou esta presença para promover o concelho? Se sim, de que forma? Como pretende o Executivo avaliar o impacto e o eventual retorno desta participação para Mesão Frio? Relativamente à reunião do Conselho Regional do Norte, em Amarante, quais foram os principais pontos discutidos? Foram abordadas matérias com impacto direto ou indireto no nosso concelho? No que diz respeito às reuniões com a empresa MultiAveiro, no âmbito das candidaturas aos programas “Mais Interior Turismo”, “Transformar Turismo”, “Norte 2030” e PRR, que conteúdos foram abordados nessas reuniões? Que candidaturas estão efetivamente em preparação? Por fim, Sr. Presidente, o ponto que suscita maior curiosidade, as reuniões com vários investidores locais, nacionais e internacionais – Quem foram esses investidores? Que áreas de investimento estão a ser equacionadas? Existem projetos concretos, com impacto previsível no desenvolvimento económico de Mesão Frio, que possam já ser partilhados com esta Assembleia? »-----

-- O Sr. Presidente da Câmara referiu que os contactos e reuniões com empresários nacionais e internacionais são constantes e que incidem sobre projetos para Mesão Frio, explicou ainda qual o tipo de projetos e a fase em que se encontram. Informou que relativamente à reunião do Conselho Regional do Norte, em Amarante apenas se procedeu a eleição do presidente do referido órgão. Quanto à presença na Semana Europeia das Regiões e das Cidades 2025, em Bruxelas, a mesma não se destinou a promoção de Mesão Frio, mas sim em representação da CIM por força do arranque do novo quadro comunitário. ---

--No ponto b) Designação de um representante efetivo e um suplente das Juntas de Freguesias para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil; A bancada do PS apresentou uma proposta indicando os nomes de José Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira, como representante efetivo, e João Cardoso, vice-presidente da Junta de Freguesia de Santo André, como representante suplente. Não existindo mais nenhuma proposta procedeu-se a votação por escrutínio secreto, tendo-se registado quinze votos a favor e cinco votos em branco, pelo que foi designado como representante efetivo o membro José Ângelo Pinto Viera e como representante suplente o cidadão João Manuel da Silva Cardoso.-

-- No ponto c) Designação de dois representantes das freguesias para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; A bancada do PPD/PSD pela voz do membro Miguel Ferreira apresentou uma proposta contendo como efetivo Pedro Poças presidente da Junta de Freguesia de Santo André e Márcio Ribeiro presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim.-----

Por sua vez, a bancada do PS fez chegar a mesa uma proposta com os nomes dos cidadãos Nelson Manuel Morais da Fonseca e José Eduardo Branco dos Santos. -----

O Membro Pedro Poças, no uso da palavra, referiu estar impedido de fazer parte da lista apresentada pelo PSD uma vez que já integra a referida comissão por inerência do cargo que ocupa como comandante dos bombeiros.-----

--O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dirigindo-se à bancada do PSD, referiu que, nestas matérias de apresentação de listas nominativas para serem submetidas a votação, existe um conjunto de procedimentos que deve ser observado sob pena de as respetivas deliberações não produzirem o seu efeito útil. Quando se apresenta uma lista temos de ter a certeza de que os designados aceitam e estão em condições de aceitar o cargo. Quanto à possibilidade da apresentação de uma lista conjunta e consensual, deveriam ter existido diligências prévias nesse sentido, sendo certo que para todos os efeitos o PS apresentou uma lista que não foi retirada. Por fim, questionou a bancada do PSD se pretendiam reformular a sua proposta, com a indicação de outro representante. De seguida e a pedido da bancada do PPD/PSD o senhor presidente suspendeu os trabalhos por cinco minutos. -----

Retomados os trabalhos pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Hélder Ferreira para informar a mesa que, por falta de entendimento, a bancada do PPD/PSD retirava a proposta apresentada. -----

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção, procedeu-se à votação por escrutínio secreto tendo-se registado catorze votos a favor e seis votos em branco, pelo que foram designados como representantes os cidadãos Nelson Manuel Morais da Fonseca e José Eduardo Branco dos Santos. -----

-- No ponto d) Designação do representante dos presidentes das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação; foi presente à Mesa uma única proposta apresentada pela bancada do PS indicando para o efeito José Vieira presidente da Junta de Freguesia de Oliveira. Procedeu-se a votação por escrutínio secreto que obteve o seguinte resultado: treze votos a favor e sete votos em branco pelo que foi designado como representante o presidente da Junta de Freguesia de Oliveira, José Vieira. -----

-- No ponto e) Eleição de dois membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO; A bancada do PS fez chegar a mesa uma proposta com os nomes dos membros Carlos Pombo Silva e Jorge Portela, como membros efetivos, e João Correia, como membro suplente. Não tendo sido apresentada outra proposta, procedeu-se a votação por escrutínio secreto que obteve o seguinte resultado: dez votos a favor e cinco votos em branco, pelo que foram eleitos os membros Carlos Pombo Silva e Jorge Portela, como efetivos, e João Correia, como suplente, para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO. -----

Nesta altura, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos, o membro eleito pelo PS Joana Lima, no uso da palavra, informou a mesa de que por motivos de amamentação teria de se ausentar da sessão, solicitando a devida autorização para tanto, o que lhe foi concedido. -----

-- No ponto f) IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2026 – Proposta de Aprovação; O senhor presidente da Câmara apresentou o documento, informando que abordaria não só este ponto, mas também dos dois pontos seguintes. De seguida, referiu que o município cobra de IMI, em média por ano, duzentos e trinta e cinco mil euros dos quais as famílias pagam vinte e um mil euros, destes vinte e um mil euros as famílias com um dependente pagam noventa e cinco euros por ano, as famílias com dois dependentes pagam cento e quarenta euros por ano e as famílias com três dependentes trinta e sete euros e meio, o que quer dizer que o contributo é mínimo, que só paga IMI quem tiver rendimento superior a dezassete mil e trezentos euros anuais e que o valor patrimonial seja superior a cento e vinte e cinco mil euros, o que representa um numero reduzido de famílias que pagam IMI. A oposição propõe sempre reduções, mas, quem gere a coisa publica tem de perceber que a totalidade da receita anual em impostos contribui para os infundáveis apoios que o Município presta a população nas mais variadas formas. No que diz respeito ao IRS o Concelho cobra por ano cerca de cinquenta e nove mil euros. Propôs á bancada do PPD/PSD que intercedesse junto do governo para que desistam do aumento do IMI para quem constrói ou recupera casas. -----

--Pedi a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Igor Ferreira que apos cumprimentar os presentes referiu em relação ao IMI: «lemos a vossa proposta escrita e ela confirma o que o PSD temia: a vossa escolha política para 2026 é manter a carga fiscal alta sobre os mesão-frienses. No ponto 1, fixam a taxa de IMI Urbano em 0,40%, quando os vereadores do PSD propuseram baixar para 0,35% para devolver dinheiro às famílias. Mas o que é verdadeiramente vergonhoso nesta proposta é o que os senhores fazem com o IMI Familiar. Os senhores gastam páginas a citar a lei e a transcrever tabelas de descontos de 30, 70 e 140 euros. Mas quando chegamos à parte decisória, àquilo que esta Assembleia vai votar, o IMI Familiar simplesmente desaparece. Referem-no no texto para 'inglês ver', mas não o propõem para deliberação. Em 2025, fomos um dos raros 35 concelhos em 308 que não tinham este apoio às famílias. Pelo que leio aqui, em 2026, Mesão Frio continuará a ser o deserto social do distrito e da CIM. E agora dirijo-me diretamente à bancada do Partido Socialista. Os senhores, que aqui estão sentados, são pais e mães de família. São filhos, são primos, são vizinhos de muitos mesão-frienses que contam os cêntimos para pagar a prestação da casa ou o supermercado. Ao levantarem o braço para aprovar esta proposta coxa, os senhores estão a ser coniventes com este engano. Não podem sacudir a água do capote dizendo que a proposta vem do Executivo. Os senhores são membros eleitos desta Assembleia e a responsabilidade de manter Mesão Frio como um dos últimos concelhos do país a apoiar as famílias também é vossa. Ao votarem a favor, estão a dizer aos vossos familiares e amigos que preferem que o dinheiro fique nos cofres da Câmara para alimentar orçamentos remendados 12 vezes por ano, do que no bolso de quem trabalha. Por ser uma proposta injusta, que protege quem deixa os prédios degradar-se com agravamentos mansos de 30% e ignora o IMI Familiar, o PSD vota CONTRA. Anuncio, por isso, que o PSD apresentará uma Declaração de Voto escrita para que ninguém possa dizer, no futuro, que não foi avisado do que aqui se está a passar hoje.» -----

O mesmo membro continuou a sua intervenção e em relação ao IRS referiu: «analisámos a vossa proposta escrita e os números não mentem. A Lei permite que o Município devolva até 5% do IRS às famílias, mas

o Executivo propõe fixar a participação da Câmara em 3%. Vamos traduzir isto para os mesão-frienses, de forma clara: do bolo total que poderia ser devolvido às pessoas, a Câmara decidiu ficar com a fatia de leão 60% e devolver apenas as migalhas 40% a quem trabalha. Vocês escolheram, conscientemente, ficar com a maior parte do dinheiro. A nossa divergência aqui é profunda. O Partido Socialista acha que este dinheiro está melhor nos cofres da Câmara, para ser gasto em festas, em 'limpezas de bermas' e em orçamentos retificados 12 vezes. O PSD acha que este dinheiro está melhor no bolso das famílias, para pagar a conta da luz, o supermercado ou a prestação da casa. Num ano difícil, o Município devia ser um escudo para as famílias, não um aspirador de rendimentos. Ao reterem estes 3%, estão a dizer às pessoas que vocês sabem gastar o dinheiro delas melhor do que elas próprias. O nosso Eixo 3 do programa eleitoral da Assembleia Municipal obriga-nos a um rigor na gestão que passa por não tirar às pessoas mais do que o estritamente necessário. Se a Câmara tem dinheiro para o supérfluo, não tem moral para reter o IRS dos trabalhadores. Votamos contra porque defendemos a devolução máxima. O esforço fiscal dos mesão-frienses deve ficar em Mesão Frio, sim, mas nas carteiras de quem cá vive. Mais informo, Senhor Presidente, que o PSD apresentará uma Declaração de Voto escrita sobre este ponto, para que fique registado quem defende o rendimento das famílias e quem defende o reforço dos cofres da Câmara» ---

-- O senhor presidente da Câmara referiu que o sinal é dado nas coisas que os outros concelhos não fazem, a oposição só vê o que lhe interessa, não conseguem ver tudo o que a camara dá em Mesão frio desde aos mais pequenos até aos mais idosos, que quem tem rendimento mais baixo não paga impostos. -----

Não havendo mais inscrições para intervir procedeu-se à votação, tendo o documento em mérito sido aprovado por maioria com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto que se anexa. -----

-- No ponto g) IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para o ano 2026 – Proposta de Aprovação; Não havendo ninguém inscrito para intervir, posto a votação, foi aprovado por maioria com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, que apresentaram a declaração de voto anexa à presente ata.-----

-- No ponto h) TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2026 – Proposta de Aprovação; Não havendo ninguém inscrito para intervir, procedeu-se à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-- No ponto i) Contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos, para a contrapartida nacional de projetos integrados no quadro de investimento prioritário (QIP) DO PT2030 – FEDER, até ao montante de 496.134,94 € - Pedido de autorização prévia à Assembleia Municipal; O senhor presidente da Câmara explicou o documento referindo que se tratava de empréstimo para pagar a parte não comparticipada de obras cofinanciadas por fundos europeus.-----

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Tiago Alves que referiu: «relativamente ao pedido de aprovação deste empréstimo de médio e longo prazo no montante de 496.134,94 euros, gostaria de acrescentar um dado que não pode passar despercebido. O custo total imputado ao município das obras em causa é de 528.763,58 euros. Deste valor, o Município recorre à banca para financiar mais de 496 mil euros. Isto significa que o Município dispõe de apenas 32.628,64 euros de capitais próprios para executar

estas obras. Estamos a falar de mais de 93% da obra financiada por dívida. Sr. Presidente, isto levanta uma questão política central: É normal um Município que se diz financeiramente saudável ter apenas 30 mil euros disponíveis para financiar obras desta dimensão sem recorrer quase totalmente à banca? Onde está, afinal, a tão proclamada saúde financeira do Município, referida na proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento? É esta a estratégia de rigor e controlo das finanças da autarquia de que o Executivo fala? É que este empréstimo parece-nos que demonstra exatamente o contrário. Para que fique absolutamente claro o sentido da nossa posição política: Apesar de todas as reservas, críticas e preocupações que aqui deixamos expressas relativamente à estratégia financeira do Município e à excessiva dependência do endividamento, a bancada do PSD optará pela abstenção neste ponto. Esta abstenção não representa, em momento algum, oposição à realização das obras, que consideramos importantes e necessárias para o concelho de Mesão Frio. Representa, isso sim, um sinal de alerta político claro relativamente à forma como o Executivo tem vindo a gerir as finanças municipais, bem como à fragilidade da alegada saúde financeira que os próprios números hoje colocados à discussão desmentem. Ao abstermo-nos, deixamos claro que não validamos nem subscrevemos uma estratégia assente num recurso sistemático à banca, que reduz a autonomia financeira do Município e condiciona decisões futuras. A nossa posição reflete a convicção de que muito mais podia e devia ser feito para que estas obras fossem financiadas com maior solidez, maior planeamento e menor dependência do endividamento. A abstenção do PSD é, por isso, um voto de responsabilidade institucional, a favor das obras, mas contra a política financeira que conduziu a esta situação».

Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins que referiu: «o documento de pedido de autorização prévia para a contratualização de um empréstimo de médio e longo prazos hoje em apreciação, associado a projetos submetidos ao Quadro de Investimento Prioritário do PT2030, levanta um conjunto de questões políticas e estratégicas que o grupo parlamentar do PSD não pode ignorar. Desde logo, importa sublinhar que não estamos contra os projetos apresentados. Reconhecemos a importância do investimento público e a necessidade de modernização e qualificação das infraestruturas municipais. No entanto, aquilo que nos preocupa, e que não pode deixar de ser aqui denunciado, é o critério de concentração territorial que este executivo insiste em seguir. A grande maioria dos projetos submetidos incidem exclusivamente em infraestruturas existentes na freguesia de Santo André, a sede de concelho. Perante isto, impõe-se uma pergunta simples, mas fundamental: as restantes freguesias do concelho não poderiam, nem deveriam, ser contempladas com mais projetos desta tipologia para o melhoramento das suas próprias infraestruturas? Esta opção política não é neutra. A concentração sistemática de investimento em zonas urbanas, a ausência de incentivos claros à fixação de população jovem nas freguesias rurais e periféricas criam um efeito cumulativo profundamente negativo: menos pessoas, menos serviços, menos oportunidades e, em última análise, menos futuro. Este executivo continua, uma vez mais, a dar primazia à sede de concelho, ignorando que descentralizar investimento é fixar pessoas, é criar coesão territorial, é garantir igualdade de oportunidades a quem escolhe viver fora do centro urbano. As freguesias não podem ser vistas apenas como espaços residuais ou secundários no planeamento estratégico do município. Precisam de investimento estruturante, de equipamentos, de

infraestruturas e de projetos que lhes permitam ser atrativas, sustentáveis e socialmente vivas. O que hoje nos é apresentado é, infelizmente, o reflexo de uma estratégia política para alguns, e não para todo o concelho. Uma estratégia que, com o tempo, vai revelando as suas contradições e onde as máscaras vão caindo, porque o discurso da coesão e da igualdade territorial não encontra correspondência nesta prática governativa. Por estas razões, e reforço, apesar de não sermos contra os projetos em si, o grupo parlamentar do PSD não poderá ter outro sentido de voto senão a abstenção. Fazemo-lo por coerência política, por responsabilidade institucional e, acima de tudo, por respeito para com todas as freguesias e todos os municípios que continuam a ser sistematicamente esquecidos nas opções estratégicas deste executivo. O concelho de Mesão Frio só será verdadeiramente forte e coeso quando todas as suas freguesias forem parte da solução e não apenas espectadores do investimento público». -----

-- O senhor presidente da Câmara referiu que em relação à concentração de projetos as coisas não se podem pôr nesses termos porque os projetos apresentados beneficiam todo o Concelho, que possui freguesias não muito distantes da sede de Concelho. Que existem equipamentos sem manutenção há muitos anos, dando exemplo das piscinas municipais, sala de proteção civil, centro escolar, incubadora de empresas entre outros. As candidaturas em causa não se podem distribuir pelas freguesias. Explicou ainda os investimentos efetuados nas freguesias a maior parte sem recurso á banca. -----

Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins para referir: «temos os pés assentes na terra, referimos que não eramos contra nenhum destes investimentos públicos e que nos iríamos abster, é evidente que deverá existir sempre um bom relacionamento com os presidentes de junta no sentido de fazer projetos e que todas as freguesias devem ser beneficiadas e se assim for o nosso sentido de voto será diferente. -----

Não havendo mais ninguém inscrito para intervir, procedeu-se à votação, tendo o documento em mérito sido aprovado por maioria com onze votos a favor dos membros do PS e oito abstenções dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado declaração de voto anexa à presente ata.-----

No ponto j) Contratos de Aquisição de Bens e Serviços com Encargos Plurianuais, autorizados pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro de 2024, nos termos do n.º 1 artigo 22.º, das Normas de Execução Orçamental, que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025;

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Tiago Alves que referiu: «relativamente ao ponto do contrato de aquisição de bens e serviços, a bancada do PSD identificou uma situação que nos merece sérias reservas e que não nos parece normal. Consta do processo a aquisição, por ajuste direto, de apólices de seguro à Companhia de Seguros Caravela, no valor de quase 20 mil euros. Mas o que verdadeiramente salta à vista não é apenas o montante nem o recurso ao ajuste direto — é o prazo do contrato, que vigora apenas por três meses, de 01 de dezembro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026. Seguros são, por regra, contratados por períodos anuais, precisamente porque isso permite melhores condições económicas para o tomador. Contratar seguros por apenas três meses levanta uma questão óbvia: foi esta a opção mais vantajosa para o Município de Mesão Frio? O que aconteceu para que se optasse por um contrato tão curto? Tratou-se de uma decisão planeada ou houve algum constrangimento excecional que justificasse esta opção ou estamos mais uma vez, perante gestão pouco criteriosa dos dinheiros públicos?» -----

O senhor presidente da Câmara explicou que o Município lançou um concurso que ficou deserto, pelo que por motivos de urgência teve de se lançar mão de um ajuste direto, pelo período estritamente necessário, no caso por 3 meses, com vista a contratualizar apólices de seguros, sob pena, por exemplo, de as viaturas do município não poderem circular. O referido período de 3 meses permitirá ao Município abrir um novo procedimento com vista a contratar os seguros nos moldes habituais, ou seja, pelo período de 1 ano.----- Não havendo mais inscrições para intervir foi tomado conhecimento.-----

-- No ponto k) Documentos Previsionais para o ano 2026 e Propostas Anexas, nos termos da alínea a), b), c), f) j) e o), do nº2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambos na sua redação atual;-----

**k.1)** Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – Proposta de Aprovação;-----

**k.2)** Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – Proposta de Aprovação;-----

**k.3)** Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação;-----

**k.4)** Relatório Orçamental Geral – Proposta de Aprovação;-----

**k.5)** Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para assunção de Compromissos Plurianuais– Proposta de Aprovação;-----

**k.6)** Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE (Anexo I às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026); - Proposta de Aprovação;-----

**k.7)** Mapa de Pessoal (Anexo II às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) – Proposta de Aprovação;-----

**k.8)** Mapa de Encargos Anuais a satisfazer com a liquidação de Empréstimos obtidos a Médio e Longo Prazos – Tomar conhecimento;-----

**k.9)** Empréstimo a Curto Prazo (Anexo III às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) – Proposta de Aprovação;-----

-- O senhor presidente da Câmara explicou que iria abordar todas as alíneas do documento. Ato contínuo, informou que se trata do plano e orçamento mais realista de sempre, que os documentos apresentam a receita efetiva com médias dos últimos três anos e com números exatos daquilo que o município irá receber em dois mil e vinte e seis. Explicou as razões justificativas de o montante ser inferior aos anos anteriores, onde vão ser cortadas algumas gorduras e onde vai ser feito investimento. No mandato anterior registou-se uma quebra no primeiro ano nas transferências do estado no valor de quatrocentos mil euros, o FEF tem vindo a diminuir, e o salário mínimo a aumentar sem que exista a devida compensação. Nas obras comunitárias irá existir um decréscimo de doze por cento por força da redução imposta ao Município. O orçamento é uma previsão e nunca será um documento fechado pelo que pode ser objeto de alterações. A estratégia local de habitação é um filme a preto e branco porque alguns encheram o peito com a estratégia local e outros levaram com o ar que saiu. A camara municipal em dois mil e dezanove encetou a estratégia local e quando este executivo, depois de uma paragem, retoma, reformula e candidata o processo dentro dos prazos corretos, em março de dois mil e vinte e quatro, a

verdade é que durante mais de ano e meio o município não recebeu qualquer resposta. Informou ainda que está em cima da mesa e em análise a alteração da estratégia local retirando cinquenta por cento das habitações do social e passá-las para arrendamento a custos controlados. Em relação ao mapa de pessoal a previsão de gastos com os salários é de quatro milhões e quatrocentos mil euros e que os lugares a criar já estão todos definidos. -----

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Tiago Alves que em relação a alínea K1 referiu: «Sr. Presidente, permita-me separar a minha intervenção em duas partes. A primeira é uma análise mais geral sobre a questão das receitas e das despesas e uma segunda mais específica sobre um dos pontos da despesa. Há poucas semanas tornei público um alerta relativo à situação financeira do Município: a comunicação da DGAL que acionou um mecanismo de “alerta precoce de desvios” ao Município de Mesão Frio, por se verificarem dois anos consecutivos de execução da receita abaixo dos 85%. O que hoje aqui discutimos confirma exatamente esse problema. A receita orçamentada para 2026 desce cerca de 2 milhões de euros. E isto não é um detalhe técnico, é o reconhecimento de que os orçamentos anteriores não eram realistas. E é aqui que está a questão central, Sr. Presidente, se agora é possível apresentar um orçamento com menos 2 milhões de euros de receita, porque é que durante anos se optou por inflacionar valores, sabendo que depois não seriam executados? Esta redução da receita significa que o Executivo reconhece que os orçamentos anteriores eram irrealistas. Naturalmente, se as receitas descem, para o orçamento se manter equilibrado, as despesas têm de acompanhar essa descida. E aqui surge uma redução que não pode passar despercebida: a aquisição de bens e serviços desce de cerca de 3,9 milhões para 2,8 milhões de euros, uma redução superior a 1,1 milhões de euros, quase 30%. Esta rubrica financia o funcionamento diário do Município: manutenção, limpeza, energia, transportes, refeições e muitos dos serviços prestados aos munícipes. O Executivo mantém o discurso do aumento da qualidade dos serviços e do reforço de competências, nomeadamente na educação e na saúde, mas retira quase 30% da principal rubrica que paga esses serviços. Pergunto, por isso, Sr. Presidente: foi agora que o Executivo descobriu a fórmula da eficiência milagrosa? Aprenderam agora a fazer omeletes sem ovos? Não nos parece. O que nos parece é que, das duas uma: ou os serviços e a sua qualidade vão diminuir, ou então este orçamento não reflete a realidade. Com menos 1,1 milhões de euros, alguma coisa deixa necessariamente de ser feita. E por isso, aquilo que se pede é simples: é que o Sr. Presidente diga de forma clara e concreta que cortes são estes, onde vão acontecer e quais as consequências para os serviços municipais. Gostaria também de me focar num aspeto mais particular que nos parece relevante neste documento. Para 2026 encontramos uma situação que merece uma explicação clara por parte do Executivo. O número previsto de trabalhadores para 2026 aumenta. Estamos num ano em que o salário mínimo nacional aumenta e como sempre, existem atualizações remuneratórias legalmente obrigatórias. Ainda assim, a despesa com pessoal diminui cerca de 260 mil euros. Os números não batem certo! Em termos orçamentais, com mais trabalhadores e salários mais altos, a despesa com pessoal não desce por acaso. Acresce um outro facto político relevante: em 2026 está prevista a existência de mais um vereador em regime de tempo inteiro para além de outros cargos políticos, cuja remuneração, como é sabido, integra a rubrica das despesas com pessoal. Perante isto, a pergunta é simples: como é que se prevê mais trabalhadores, salários mais

elevados e mais lugares políticos e ainda assim menos despesa com pessoal? As hipóteses são poucas e nenhuma é tranquilizadora: ou o mapa de pessoal não corresponde à realidade, ou a despesa está suborçamentada, é que a nós, parece-nos pouco realista justificar esta situação apenas com a possível saída de trabalhadores que atingem a idade da reforma. Qualquer uma destas situações tem impacto direto na capacidade dos serviços municipais e na qualidade da resposta aos munícipes. Por isso, o que se pede ao Executivo é uma explicação concreta, detalhada e transparente sobre esta redução da despesa com pessoal».....

O mesmo membro em relação à alínea K2 referiu: «senhor Presidente, esta será a minha última intervenção nesta sessão e faço-a sobre aquele que considero ser, de longe, o tema mais importante de todos: a habitação. Relativamente às Grandes Opções do Plano, não posso deixar de notar que a habitação volta, mais uma vez, a surgir apresentada como uma prioridade deste executivo. Mas a verdade, Senhor Presidente, é que basta uma leitura minimamente atenta do documento para perceber que esta prioridade não passa de conversa fiada. Durante a campanha eleitoral, o PSD foi muito claro, e bem, ao denunciar a completa inação do executivo em matéria de habitação ao longo do mandato anterior. O Senhor Presidente respondeu sempre da mesma forma: que os projetos estavam todos prontos, que a estratégia estava definida, e que só não se tinha feito mais porque “faltava o dinheiro da Europa”. Pois bem, Senhor Presidente, desde a tomada de posse até hoje, o PSD apresentou vários requerimentos formais ao Município, entre os quais um pedido claro para nos serem facultados todos os documentos relativos à Estratégia Local de Habitação. E foi aí que caiu a máscara. Aquilo que os documentos revelam, ou melhor, aquilo que não revelam, confirma aquilo que sempre dissemos: não há projetos prontos, não há planeamento, não há estratégia executável. Não existe nada daquilo que o Senhor Presidente afirmou repetidamente durante a campanha eleitoral. Não ficamos surpreendidos. Um executivo que anuncia tudo nas redes sociais — até negócios que ainda não estão feitos, como já foi aqui referido hoje relativamente ao terreno à entrada de Oliveira, nada anunciou sobre a Estratégia Local de Habitação. Na altura achámos estranho. Hoje percebemos porquê. Nada estava pronto. Já sei o que se seguirá, porque sei o que disse na última reunião de Câmara: que agora a Estratégia Local de Habitação vai ser reformulada. Não minta mais, Senhor Presidente. Não brinque com esta Assembleia Municipal. Não brinque com os munícipes de Mesão Frio. Tenha a coragem política de admitir aquilo que todos já percebemos. Admita que desistiu de resolver o problema da habitação em Mesão Frio. Recordo-me bem de uma conversa que tive com um elemento do Partido Socialista que hoje se encontra sentado nesta sala. Falávamos precisamente sobre a habitação, e eu defendia que se trata de uma urgência estrutural para o futuro do concelho. A resposta que ouvi, não palavra por palavra, mas no seu sentido essencial foi esta: “Vocês andaram a vender a banha da cobra sobre a habitação em Mesão Frio. Nós não precisamos de mais casas. Somos cada vez menos, os jovens saem, os idosos vão falecendo. Daqui a uns anos vamos ter é casas a mais.” Senhor Presidente, admita que este é o pensamento da vossa bancada. Admita que este é o pensamento do vosso executivo. Admita, de uma vez por todas, que baixaram os braços. Porque quem desiste da habitação, desiste dos jovens, desiste das famílias e desiste do futuro. E ao desistirem da habitação, desistiram de Mesão Frio».....

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Lisa Martins que referiu: «as Grandes Opções do Plano e o Orçamento deste executivo são um documento político que revela, sem ambiguidades, a estratégia deste executivo para Mesão Frio. O que o grupo parlamentar do PSD verifica neste plano de continuidade, é o conformismo e falta de ambição, profundamente desajustado à realidade de um território de baixa densidade. Ora, com este plano de continuidade, Mesão Frio continua a perder população, envelhece e perde capacidade económica ano após ano. Perante este cenário, o que seria exigível era que fosse apresentado um Plano ousado, diferenciado e centrado na coesão territorial. Em vez disso, temos um documento excessivamente focado na gestão corrente, na manutenção do que existe e na ausência de medidas estruturais que invertam o ciclo de declínio. Começamos pela fixação de população jovem. Este é, provavelmente, o maior desafio do concelho. Este Plano limita-se a intenções vagas, sem instrumentos concretos, eficazes e claros. O PSD defende uma abordagem totalmente diferente, um programa municipal de habitação acessível para jovens e famílias, com reabilitação de património devoluto; incentivos fiscais municipais para quem se fixe e invista no concelho; apoio direto ao empreendedorismo jovem, com fundos municipais de arranque e incubação de pequenos negócios e não apenas fazer referencia ao gabinete de apoio ao agricultor; O apoio ao empreendedorismo quer jovem, quer sénior em Mesão Frio vai muito além de acordos com a ACIR. Projetos há muitos, falta ambição e procura pelos mesmos. No plano da coesão territorial, o documento mantém uma lógica centralizadora, ignorando as freguesias enquanto motores de desenvolvimento. O PSD entende que esta é uma opção errada. Defendemos: orçamentos plurianuais por freguesia, com critérios claros e transparentes e não apenas uma delegação de competências para limpeza de caminhos; investimento em infraestruturas básicas e equipamentos de proximidade; serviços descentralizados que garantam igualdade de acesso a todos os municípios. Que seja claro para todos, descentralizar investimento não é dispersar recursos, é garantir a justiça territorial. No que diz respeito ao desenvolvimento económico, o Plano falha categoricamente. Falta uma estratégia clara para valorizar os recursos endógenos do concelho. O PSD propõe uma aposta estruturada na agricultura de valor acrescentado, com apoio técnico e logístico aos produtores; Mesão Frio não pode competir pela escala; tem de competir pela qualidade e pela diferença, e isso exige liderança política. Na área da mobilidade e acesso a serviços, o documento é particularmente frágil. Ignora as dificuldades diárias da população mais envelhecida e dispersa. O PSD defende soluções de transporte flexível e a pedido; reforço dos serviços de proximidade; e uma estratégia integrada de combate ao isolamento social. Por fim, importa dizê-lo com clareza política, este Plano revela uma falta de coragem e de visão estratégica. Governa-se para cumprir calendário, não para transformar o concelho. E quando se governa sem ambição, perde-se tempo, e Mesão Frio já perdeu tempo a mais. O Grupo parlamentar do PSD apresenta estas críticas não por oposição gratuita, mas por convicção profunda de que Mesão Frio pode e deve fazer melhor. O futuro do concelho exige escolhas diferentes, políticas mais justas e uma estratégia verdadeiramente orientada para as pessoas e para o território. É isso que este Plano não faz. E é isso que o PSD irá continuar a exigir».

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Hélder Ferreira que em relação à alínea K3 referiu: «analisar este Relatório da Política Orçamental obriga-nos a um exercício de memória e de verdade que

o Executivo tenta, a todo o custo, evitar. Ouvimos muitas vezes este Executivo culpar a 'herança' do passado para justificar a inércia do presente. Pois bem, este documento é a prova de que essa narrativa caiu por terra. Quando olhamos para as opções de dívida máxima e investimento mínimo aqui espelhadas, percebemos que não há caras novas. Os senhores, que hoje vestem a camisola do PS, são os mesmos que ocuparam cargos de topo no tempo da outra senhora. São os arquitetos da dívida antiga, que agora regressam para desenhar a dívida nova. O PSD vota contra este relatório por fundamentos que são, simultaneamente, técnicos e éticos: Os senhores foram a escola de gestão que levou Mesão Frio à bancarrota em 2009. Podem ter mudado de sigla partidária, mas não mudaram de vício: levaram a cultura do despesismo convosco. A prova está aqui: o regresso sistemático aos empréstimos para pagar obras e o alerta precoce da DGAL por sucessivos incumprimentos. Este relatório confessa que a estratégia é hipotecar o futuro para manter o presente. Enquanto o Município figura no top nacional da despesa com pessoal, este documento ignora a necessidade de gerar poupança corrente. Estão a gastar o que não temos para alimentar uma estrutura que o concelho já não suporta. O documento prova que este Executivo desistiu de Mesão Frio. Não há uma única medida para atrair investimento real ou fixar jovens. Há apenas a gestão do dia-a-dia à custa de encargos bancários que as próximas gerações terão de pagar. Senhor Presidente, o PSD renovou-se. Já os senhores continuam a ser os mesmos obreiros da falência. Por não aceitarmos uma política orçamental que premeia quem criou o problema e agora finge ser a solução, o PSD vota contra. Entregaremos Declaração de Voto escrita para que o julgamento da história sobre os novos desenhos dos arquitetos da dívida fique registado em ata».

O mesmo membro em relação à alínea K4 referiu: «se no ponto anterior falámos da política, neste Relatório Orçamental Geral falamos da realidade nua e crua. E a realidade é que este documento é o atestado de óbito da autonomia financeira de Mesão Frio. Os arquitetos da dívida que desenharam este relatório querem convencer-nos de que está tudo bem. Mas os números não mentem: Este relatório prova que quase a totalidade da receita municipal é hoje absorvida por despesas de funcionamento. Não sobra nada para o investimento real. Estamos a pagar impostos e a receber transferências do Estado apenas para manter acesas as luzes da Câmara e pagar a uma estrutura que os senhores inflacionaram. Não é o PSD que o diz, é a Direção-Geral das Autarquias Locais. Validar este relatório seria ignorar o alerta de desvio que paira sobre este Município. Como podemos aceitar um documento que serve de suporte a um orçamento que já nasce com cortes de 30% em áreas vitais, como a manutenção básica e a higiene urbana? Este relatório confirma que o fôlego financeiro de Mesão Frio está ligado às máquinas da banca. Sem o aumento sistemático da dívida, este Executivo não saberia gerir um dia de funcionamento. É a política do viver a crédito que hipoteca o futuro dos nossos filhos. Em nenhuma página deste relatório encontramos uma medida séria de contenção ou de otimização. Os senhores preferem continuar a gastar o que não temos, esperando que o próximo empréstimo resolva a vossa falta de rigor. Senhor Presidente, os arquitetos da dívida podem mudar de partido, mas não mudam de método. Este relatório é a prova de uma gestão esgotada, tecnicamente medíocre e politicamente irresponsável. O PSD não será cúmplice desta trajetória de degradação. Votamos contra este relatório e entregamos a respetiva Declaração de Voto escrita para que ninguém, no futuro, diga que não fomos avisados».

O mesmo membro em relação à alínea K5 referiu: «relativamente às Normas de Execução Orçamental, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PSD) manterá a estrita coerência com a posição assumida pelos nossos Vereadores em sede de Reunião de Câmara. O nosso sentido de voto é a abstenção, mas acompanhado de uma nota de preocupação que fazemos questão de sublinhar. Não podemos pactuar com a desresponsabilização deste órgão. Ao incluir-se nestas normas um pedido de autorização genérica para a dispensa de autorização prévia na assunção de compromissos plurianuais, este Executivo está, na prática, a pedir um cheque em branco. A fiscalização desta Assembleia não pode ser vista como um entrave burocrático, mas sim como uma garantia de transparência. Compromissos que hipotecam o futuro de Mesão Frio para além do corrente ano económico devem ser escrutinados caso a caso, e não aprovados por decreto num articulado genérico. Nesse sentido, e para que não restem dúvidas sobre o rigor que exigimos na gestão dos dinheiros públicos, informo que o PSD irá apresentar uma Declaração de Voto por escrito, para que conste em ata o fundamento detalhado desta nossa posição».

O mesmo membro em relação à alínea K7 referiu: «a proposta de Mapa de Pessoal para 2026 que o Executivo nos traz hoje é, simultaneamente, um erro técnico grosseiro e uma afronta à inteligência dos mesão-frienses. Os arquitetos da dívida continuam a desenhar uma realidade ficcional, e os números não mentem: O Executivo propõe um aumento do número de trabalhadores para 2026. No entanto, contraditoriamente, preveem gastar menos 260 mil euros em salários. Como é isto possível num ano em que o salário mínimo nacional sobe e em que os senhores acabaram de fixar mais um Vereador a tempo inteiro? É evidente que este documento é uma fraude técnica para esconder o verdadeiro peso da vossa política de pessoal. É com profunda vergonha que constatamos que Mesão Frio ocupa agora o 4.º lugar nacional entre os municípios que, percentualmente, mais gastam do seu orçamento com pessoal. Somos o 4.º pior concelho do país em eficiência de recursos humanos. Enquanto os senhores alimentam este monstro burocrático, o investimento real nas freguesias e na habitação definha. O PSD não é contra os trabalhadores municipais. O que rejeitamos é o uso do Mapa de Pessoal como uma agência de emprego partidária. Vemos Programas Ocupacionais serem usados para premiar militantes logo após as eleições, transformando o serviço público numa máquina de pagamento de favores políticos. Ao consumirem quase todos os recursos municipais com a máquina do poder, os senhores deixam o concelho sem fôlego para o que realmente importa. Falta dinheiro para a água no Pombal, em Oliveira, falta para a ETAR de Oliveira, mas nunca falta para engordar a despesa corrente e a estrutura socialista. Senhor Presidente, o PSD exige uma gestão racional, que privilegie a competência e a otimização de recursos, e não este modelo de despesismo descontrolado. Por ser um Mapa de Pessoal assente em números fictícios e numa política ética e financeiramente falida, o PSD vota contra. Entregaremos a respetiva Declaração de Voto escrita para que conste em ata».

O mesmo membro em relação à alínea K9 referiu: «estamos perante a prova final da incapacidade de gestão deste Executivo. A proposta de um empréstimo de curto prazo no montante de 300.000,00€ não é uma medida de gestão financeira prudente; é o regresso ao vício do crédito para pagar o dia-a-dia. Os Arquitetos da Dívida voltam a desenhar um cenário de tapa-buracos que o PSD não pode aceitar por razões fundamentais: O Executivo apresenta-nos um orçamento de fachada, alegando que as contas estão

sãs. Mas os números desmentem a propaganda: quem tem saúde financeira não precisa de correr aos bancos logo no dia 1 de janeiro para pagar juros por dinheiro que devia ter em caixa. Este empréstimo é a confissão de uma falência técnica de tesouraria. É incompreensível que, num ano em que o orçamento municipal sofre um recuo drástico de cerca de 2 milhões de euros, os senhores continuem a prever o recurso sistemático ao endividamento. Se o orçamento é menor, a contenção deveria ser maior, e não a dependência bancária. Como bem afirmaram os nossos Vereadores do PSD, em sede de Câmara, o crédito fácil serve apenas para adiar as reformas necessárias. Enquanto houver dinheiro emprestado para gastar em supérfluos, em festas e em aparelhos partidários, nunca haverá o rigor que Mesão Frio exige. Este modelo de gestão a crédito retira margem de manobra ao Município. Sujeitam o nosso concelho à volatilidade das taxas de juro e à vontade dos bancos, num momento em que a DGAL já nos colocou sob alerta de desvio precoce por má execução orçamental. Senhor Presidente, o PSD defende uma gestão assente na eficiência e na poupança real. Não aceitamos que Mesão Frio continue ligado às máquinas da banca para garantir o seu funcionamento básico. Por ser uma muleta de gestão que premeia o despesismo e castiga o futuro, o PSD vota contra. Entregaremos, para que fique registada em ata, a respetiva Declaração de Voto escrita deste Grupo Municipal».

-- O senhor presidente da camara explicou que não existe capital para fazer investimentos megalómanos que irá existir contenção, que o orçamento é rigoroso, que as admissões serão controladas. Demonstrou inequivocamente todos os apoios que são dados aos idosos e as crianças, ao setor agrícola, a cultura e ao desporto entre outras áreas.

Não existindo mais ninguém inscrito para intervir procedeu-se a votação das alíneas do ponto K da Ordem de Trabalhos, tendo-se registado o seguinte:

**k.1) Orçamento Municipal (Receita e Despesa) – Proposta de Aprovação;**

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.

**k.2) Grande Opções do Plano (PPI e PAM) – Proposta de Aprovação;**

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.

**k.3) Relatório da Política Orçamental – Proposta de Aprovação;**

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.

**k.4) Relatório Orçamental Geral – Proposta de Aprovação;**

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.

**k.5) Articulado com as Normas de Execução Orçamental, incluindo o pedido de Autorização Genérica para dispensa de Autorização Prévia para assunção de Compromissos Plurianuais– Proposta de Aprovação;**

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS, sete abstenções e um voto contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.

**k.6)** Atualização da Tabela de Taxas e Licenças, que faz parte integrante do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, em função da taxa de inflação publicada pelo INE (Anexo I às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026); - Proposta de Aprovação;-----

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção de um membro do PPD/PSD.-----

**k.7)** Mapa de Pessoal (Anexo II às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) – Proposta de Aprovação;-

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor do PS e sete votos contra e uma abstenção dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presenta ata.-----

**k.8)** Mapa de Encargos Anuais a satisfazer com a liquidação de Empréstimos obtidos a Médio e Longo Prazos – Tomar conhecimento; Foi tomado conhecimento.-----

**k.9)** Empréstimo a Curto Prazo (Anexo III às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026) - Proposta de Aprovação;-----

DELIBERAÇÃO: Foi aprovado por maioria, com onze votos a favor dos membros do PS e oito votos contra dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presenta ata.-----

-- No ponto L) Contratos Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mesão Frio e as Juntas de Freguesia – Proposta de Aprovação; O senhor presidente da camara apresentou e explicou o documento.-----

-- Pediu a palavra o membro eleito pelo PPD/PSD Miguel Ferreira que referiu: «senhor Presidente, Senhores Presidentes de Junta, O PSD analisou esta proposta e, em total coerência com a posição assumida pelos nossos Vereadores, não pode dar o seu voto favorável a um documento que consideramos uma oportunidade perdida. Reconhecemos o aumento da verba para 56.000 euros. É um passo positivo. Mas a filosofia destes contratos continua errada, redutora e sem ambição. O Executivo Socialista continua a olhar para as Juntas de Freguesia quase apenas como equipas de limpeza. Basta ler o contrato: limita-se à varredura e lavagem de vias, sarjetas e sumidouros. Senhor Presidente, os nossos autarcas de freguesia têm capacidade para gerir muito mais do que a vassoura. O PSD defende que estes contratos deviam incluir a gestão de equipamentos de proximidade que hoje estão órfãos de manutenção. Dou-lhe dois exemplos claros: O Polidesportivo de Vila Marim: Um equipamento municipal sem regulamento e sem integração neste pacote. Quem melhor que a Junta de Vila Marim para o gerir se tivesse os meios? A Casa Mortuária de Mesão Frio (Santo André): Construída em parceria com a Junta de Freguesia, mas cuja gestão corrente é ignorada neste acordo. Mas há algo ainda mais grave que exige um esclarecimento urgente: o caso do Cemitério de Mesão Frio. Senhor Presidente, questionamos diretamente: qual é o ponto de situação sobre o perigo de reversão do terreno do cemitério? Temos conhecimento de que, por falta de uma gestão ativa e de investimento, corre-se o risco real de o Município perder aquele ativo. É por isto que não delegam? Por receio de expor a vossa inércia? Se houvesse uma delegação séria na Junta de Santo André, não estaríamos a falar de riscos jurídicos, mas de um serviço digno. Não votamos contra, porque achamos importante este reforço de verbas para as Freguesias. Mas abtemo-nos porque recusamos validar esta visão pequenina que deixa equipamentos como o polidesportivo e o cemitério em

risco por falta de coragem política em delegar.-----

O senhor presidente da camara referiu que muitas vezes as pessoas não sabem do que falam, que o que está em causa são equipamentos municipais que não percebe qual é o risco do cemitério uma vez que a conservação do espaço é efetuada pelo município e não se justifica a passagem para a junta. Disse ter tido uma reunião com todos os presidentes de junta onde pôs as cartas na mesa perguntando a cada um o que pretendiam para a sua freguesia e que projetos tinham para o território. Afirmou que as transferências de competências reclamadas pela oposição seriam prejudiciais às Juntas de Freguesia.-----  
Não existindo mais ninguém inscrito para intervir procedeu-se a votação do documento em mérito que foi aprovado por maioria, com doze votos a favor do PS e um do PSD (presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim), e sete abstenções dos membros do PPD/PSD, tendo estes apresentado a declaração de voto anexa à presente ata.-----

3--Período aberto ao Público, não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----

Nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da ata, sendo, de seguida, encerrada a sessão, pelas duas horas e dois minutos do dia 30 de dezembro de 2025.-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

---

(Carlos Manuel Pombo Soares Silva)

A Primeira Secretária da Assembleia Municipal

---

(Andreia Sofia Santos Mota)

o Segundo Secretário da Assembleia Municipal

---

(Luís Miguel Silva Marques)